

Fábio Christiano Cavalcanti Gonçalves

Arquiteto e Urbanista, doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pesquisador do Laboratório da Paisagem (DAU/UFPE), Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, pabx (81) 2126-8000, fcantig@yahoo.com.br

Lúcia Leitão

Doutora em arquitetura, com pós-doutorado realizado na Université Paris Descartes, Paris V, Sorbonne, professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, pabx (81) 2126-8000, leitao.lucia@uol.com.br

Resumo

O artigo aborda a inter-relação entre paisagem, corpo e cidade, a partir do eu e do Outro, na acepção psicanalítica desses termos, associada a uma interpretação de base fenomenológica. Objetiva-se refletir sobre as condições intersubjetivas de construção da paisagem pela relação entre o sujeito e a cidade, utilizando-se das metáforas a paisagem como espelho, o corpo como janela e a cidade como desejo. Conclui-se que a paisagem espelha a psique humana e que o corpo atua enquanto elemento mediador, produtor de paisagens e corporeidade.

Palavras-chave: paisagem, corpo, cidade.

Propõe-se aqui desenvolver uma reflexão acerca da inter-relação paisagem-corpo-cidade, que envolve objetivações e subjetivações nas escalas individual e coletiva. Para tanto, lança-se mão da teorização sobre os processos do consciente e do inconsciente oferecida pela psicanálise freudiana associada a interpretações de base fenomenológica, ensejando tal articulação a partir da utilização de metáforas que servem como filtros de leitura para a presente discussão. Assim, a paisagem, como representação e realidade, é metaforizada pela figura do espelho; o corpo, como elemento de mediação, entre um dentro e um fora, entre um aqui e um além, pela figura da janela; e a cidade, como fenômeno que sugere uma constante falta, no jogo entre completude e incompletude, como desejo.

Assim, pensar a paisagem como superfície permeada de sensibilidade nos leva a considerar o corpo humano como elemento mediador e relacional em sua dimensão corporal, utilizando-se de toda a potencialidade cinestésica que o constitui e que

conforma também toda a sua exterioridade — o mundo em que habita. Essa questão nos leva a refletir essencialmente sobre os sujeitos que configuram as cidades, na forma como a constroem e a vivenciam, numa experiência que é tanto objetiva quanto subjetiva.

Partindo dessa perspectiva, pensa-se fundamental considerar como pressuposto para a presente reflexão que a dimensão individual do sujeito é de suma importância para a construção da dimensão social, coletiva, porque o autorreferenciar-se é condição sine qua non para o senso de pertencimento dos indivíduos ao espaço em que habitam. E, nesse processo de identificação entre sujeito(s) e objeto (cidade), a paisagem emerge como estrutura latente e mediata, capaz de conectar intersubjetivamente os sujeitos e de refletir, como num espelho, a sociedade da qual fazem parte.

A ilustração do espelho, não por acaso, serve como metáfora para pensar o indivíduo e o co-

letivo, apoiando-se no conceito de identificação desenvolvido pelo psicanalista Sigmund Freud, no âmbito da teoria do inconsciente.

Essa reflexão nos interessa especialmente em razão da observação da existência de uma problemática na qualidade de vida da urbe contemporânea, caracterizada por um crescente processo de fragmentação espacial, já tão evidenciada por tantos críticos do urbanismo moderno ocidental, como fruto de um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico que privilegia a dimensão econômica da cidade em detrimento da sua dimensão social.

Observa-se, de uma forma geral, que as cidades brasileiras têm sido solapadas por aceleradas transformações em sua configuração espacial, reverberando em intensas reconfigurações de suas paisagens, provocando alterações nas relações dialógicas entre os cidadãos e os espaços urbanos, impactando a percepção e o sentimento de representação e pertencimento.

Tais transformações são sentidas, muitas vezes, como processos de perda de qualidade de vida, impactando os anseios e interesses de coletividades ao se inscreverem como processos inexoráveis de perda de referenciais, provocando sentimentos de desterritorialização, de não reconhecimento.

A condição acima evidenciada pode ser entendida como decorrente dos atuais processos de construção das cidades, que desafiam a perspectiva do horizonte nas urbes, comprometendo a nossa capacidade de olhar e estabelecer relações sgnicas entre os objetos e de encontrar na cidade uma finitude que nos acolha.

Na verdade, constata-se uma tendência a uma crescente previsibilidade dos espaços urbanos no que tange à sua configuração, baseada num padrão reconhecidamente disforme de cenários repetitivos, homogeneizando, pela deformidade, territórios inteiros.

É nesses termos que propomos aqui a relação entre paisagem, corpo e cidade, na medida em que acreditamos que esses fenômenos se influenciam mutuamente e se conformam como um todo inseparável de explicação, levando-nos a refletir sobre a dimensão do “eu” e sobre o “outro” como

sujeitos responsáveis por essa inter-relação, tendo como aporte a teoria da subjetividade, na ponte entre fenomenologia e psicanálise.

Pelo exposto, pensamos que a paisagem, como fenômeno que implica necessariamente numa determinação do ser individual como ser social, traz em si os insumos para se compreender a relação entre o corpo e a cidade, uma vez que a sua condição de espelho pode fazer o sujeito enxergar a si mesmo e reconhecer nele a capacidade para estabelecer uma nova unidade, mais equilibrada, tanto com os outros (sujeitos) quanto com o Outro¹ (cidade).

É nesse sentido que aqui buscamos melhor entender a constituição da paisagem como fenômeno capaz de suscitar um olhar reflexivo para o “eu” e para o “outro”, consciente dos mecanismos objetivos e subjetivos que constituem a nossa psique.

O eu e a imprescindibilidade do outro

Parte-se aqui, inicialmente, do pressuposto já esboçado anteriormente de que há uma relação de interdependência entre um *eu* e um *outro*, numa conexão que se dá basicamente na dimensão intersubjetiva dos sujeitos. Nesse mesmo sentido, seria possível pensar que tal relação poderia ser ampliada para refletir sobre a dimensão social dos seres individuais, quando, a partir das suas individualidades, estabelecem entre si relações de identificação com outros, tornando-se seres sociais.

A obra *Psicologia das massas e análise do eu*, de Sigmund Freud, pode ser tida como um estudo sobre a psicologia social que nos conduz a entender as concepções de consciente e inconsciente a partir do sujeito. Isso nos importa na medida em que “na vida psíquica do ser individual, o outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (FREUD, 2011, p. 10).

É a partir disso que o conceito de identificação se mostra fundante na reflexão que aqui se coloca e se explica a partir da questão da *imprescindibilidade do outro* na constituição psíquica do sujeito. Segundo Leitão, isso implica fundamentalmente na ideia

¹ A distinção entre “outro” e “Outro”, ainda que neste artigo seja abordado a partir de Freud, segue basicamente a interpretação de Lacan. Segundo Brauer (1994), o “outro” significa a imagem do eu, sendo este “eu” uma construção imaginária, que se constitui a partir do espelho — metáfora criada por Lacan para explicar o sentido especular que se estabelece entre o eu e o outro. Esse entendimento supera a ideia de unidade do eu, uma vez que, para que o sujeito compreenda a si mesmo, precisa de um outro — confundido num mesmo ser o eu e o outro. O “Outro” (ou o grande outro A, de *Autre*, em francês), segundo Lacan, é distinto do outro (a, pequeno outro): “[...] é o lugar [simbólico, dos significantes] onde se coloca para o sujeito a questão de sua existência, de seu sexo, e de sua história” (QUINET, 2012, p. 21).

de falta e de desamparo: “É essa falta, própria da condição humana, que move o sujeito no sentido de unificar-se, de buscar no outro a possibilidade de voltar a ser um” (LEITÃO, 2004, p. 16).

Assim, a relação que o indivíduo estabelece com o meio ambiente, expressa em suas ações, em seus gestos, intervenções no espaço territorial, leva-nos a crer na possibilidade de estudar a paisagem como fenômeno social na cidade e, assim, como elemento de objetivação e subjetivação de uma sociedade ou de grupos sociais, porque construída pelo conjunto de esforços individuais e coletivos que se espelham mutuamente.

Dessa forma, o “outro”, que se estabelece como algo imprescindível para a psique do sujeito, revela-se tanto como *modelo*, e assim como espelho, como também como algo a *incorporar* – tal qual um garoto que olha para o seu pai e tem a vontade de crescer e ser como ele – como ilustrado por Freud (2011, p. 46-47). Não é, então, uma mera questão de “querer parecer” com o outro, mas de *ser* propriamente como o outro é.

Aprofundando essa questão, faz-se necessário explicitar o sentido de incorporação oferecido por Freud, quando expõe que uma outra característica do sujeito se apresenta quando este tende a incorporar traços do outro, uma vez que, “[...] para constituir-se, o sujeito apropria-se, inconscientemente, [...], de traços, de características psíquicas, de marcas de um outro, tornando-as suas” (Leitão, 2004, p. 21).

Pode-se pensar então que este *querer ser* remete ao *desejo*, na acepção da teoria lacaniana, na medida em que “O desejo do homem é o desejo do outro” (JAPIASSU; MARCONDES, 2001). O que faz com que se pense o outro como referência ao desejo, porque, como múltiplo, diverso e oposto ao eu e ao nós, se manifesta como algo indispensável à existência do Eu.

Assim, o *eu* na perspectiva da filosofia do sujeito, como substância que toma consciência do seu ato de pensar e, assim, de existir, segundo Japiassu e Marcondes (2001), constitui-se no *ser* individual que não existe sem o outro, como explicado na psicanálise freudiana.

Então, refletir sobre o inconsciente, enquanto noção central da teoria psicanalítica freudiana pode nos

revelar chaves concretas para se pensar esse outro não só como espelho, mas também, para se pensar a cidade como expressão dos fenômenos sociais e, assim, a cidade como esse Outro, como objeto de identificação e de incorporação.

Importa agora pontuar que o *inconsciente*, segundo Freud, não se explica como antinomia do conceito de *consciente*, como fenômeno em oposição a este ou *abaixo* da consciência, mas como “[...] um sistema psíquico distinto dos demais e dotado de atividade própria” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 170).

Isso implica em ter em mente que Freud, ao considerar o inconsciente como sistema, abre-nos a possibilidade de entendê-lo como dotado de uma lei própria, como engrenagem que funciona independentemente de nossa vontade (GARCIA-ROZA, 2009). Concebe-se, então, que é nos fenômenos denominados *lacunares*, enquanto indicadores de formação da realidade do inconsciente, onde mais visivelmente o inconsciente se deixa revelar, expressando-se por meio do sonho, do lapso, do ato falho, por exemplo. Assim, o inconsciente não é um lugar físico, não ocupa uma posição dinâmica em relação ao consciente², permeia o mesmo: “O inconsciente é uma forma, e não um lugar ou uma coisa. Melhor dizendo: ele é uma lei de articulação, e não a coisa ou o lugar onde essa articulação se dá” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 174).

Entretanto, em termos de volume, se assim pudermos montar uma imagem dessa inter-relação entre consciente e inconsciente, Freud (2011, p.14) nos revela que “a vida consciente do espírito não representa senão uma pequenina parte, comparada à sua vida inconsciente”, considerando ainda que “o inconsciente não é o mais profundo, nem o mais instintivo, nem o mais tumultuado, nem o menos lógico, mas uma outra estrutura, diferente da consciência, mas igualmente inteligível” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 173).

Estabelecido então o entendimento, ainda que breve, sobre o *inconsciente* e o *consciente* do sujeito, decorre a compreensão de que são estas as estruturas que fundamentam, que justificam a forma com a qual as pessoas estabelecem relações com outras e com a cidade, onde a apreensão da paisagem se coloca, nesse processo, como estrutura especular de mediação.

² Por sua vez, o sistema pré-consciente-consciente atua mais proximamente um do outro: “O latente, só temporariamente inconsciente, recebe o nome de ‘pré-consciente’ e é colocado, do ponto de vista dinâmico, na proximidade do consciente” (FREUD, 2011, p. 291).

A paisagem como espelho

Berque (1998) defende que para compreender a paisagem se faz necessário conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção — parte constitutiva da subjetividade humana, indo além da configuração morfológica do território.

Nesse sentido, entende-se que a paisagem é fruto de uma construção cultural, calcada em valores sociais e com base numa estrutura subjetiva, nem sempre explícita, mas sempre presente. Essa definição pode ser articulada ao que Serrão (2013) explica:

Falar de paisagem em termos de categoria implica que ela enquadra a parte objecti conteúdos plenos, cujo fascínio emana do enlace entre o ser e elemento vivos e das correlações únicas desses elementos com o seu enquadramento [...]. A parte subjecti refere uma especial modalidade da experiência humana, sentimento participante que alia um estar originário, um ver simultâneo e um sentir pleno (SERRÃO, 2013, p. 134).

Mais especificamente, a paisagem se apresenta como uma forma de ver o mundo, sendo agenciada a partir de um conjunto de valores que o indivíduo traz consigo, atribuídos a partir do que apreende do meio.

E essa forma de ver está condicionada, em grande parte, pela faculdade do olhar, que, na contemporaneidade, predomina sobre os demais sentidos. Entretanto, não devemos desconsiderar que, mesmo diante da primazia da visão como órgão sensorial, a imagem que fazemos de nós mesmos e dos outros só se efetua pelo conjunto sinestésico, configurado por uma “globalidade intersensorial” (SERRÃO, 2013), como um movimento de abertura ao mundo.

Assim, na sociedade contemporânea parece que sempre estamos procurando por um espelho como uma ferramenta de autorreconhecimento, confundindo muitas vezes a nossa própria imagem com aquela que apreendemos a partir do olhar lançado ao mundo e igualmente nos surpreendendo com o que vemos nele refletido, deixando-nos perplexos pela reapresentação de um sujeito a partir de uma dimensão oculta (porque inconsciente) e, em certa medida, oposto à imagem que fazemos de nós mesmos (GARCIA-ROZA, 2009).

O espelho, na constituição da imagem inconsciente do corpo — na acepção de Françoise Dolto, em referência ao seu livro *A imagem inconsciente do corpo* —, representa uma “[...] singular concepção do espelho como superfície psíquica onirrefletidora de toda forma sensível, e não exclusivamente visível” (NASIO, 2009, p. 125-127). Assim, o espelho psíquico refletiria a presença do outro em nós, quando aparece como unidade que reflete o *eu* e o *outro* ao mesmo tempo, interpenetrando um no outro na constituição da identidade subjetiva dos sujeitos.

Isso porque o que reflete não comunica apenas uma aparência, mas sobretudo um mundo oculto que transparece aos nossos olhos, como janelas que se abrem para um mundo interior, uma vez que “O mundo entra também em nós, e não só pelos canais sensoriais, mas pela totalidade do corpo, um ‘eu poroso’ que se deixa impregnar de mundo” (SERRÃO, 2013, p. 53).

Nessa direção, explica-se, segundo Freud (*apud* RICOEUR, p. 381), que “[...] igualmente, a psicanálise nos ensina a não confundir a percepção efetuada pela consciência com o processo psíquico inconsciente, objeto da mesma”. E ainda: “O objeto interior é menos incognoscível que o mundo exterior”.³

Nesse sentido, deixa-se entrever, ainda que não explicitamente, agora no pensamento de Simmel, uma síntese da interação entre consciente-inconsciente no processo de apreensão de uma paisagem, a partir do que o mesmo denomina originalmente como *stimmung*, traduzido enquanto *disposição anímica*, como ato cognitivo do sujeito: “[...] a unidade que a paisagem enquanto tal suscita e a disposição anímica que a partir dela em nós retumba e com a qual a envolvemos são apenas desmembramentos ulteriores de um só e mesmo ato psíquico” (SIMMEL, 2009, p. 15).

No que tange a essa referência extraída da filosofia simmeliana, a correlação aqui proposta em termos de consciente-inconsciente é a de que a paisagem é engendrada e configurada como imagem a partir de um ato intencionado do sujeito, que não só a revela como algo que está para além, do lado de fora do sujeito, mas também como o que constitui o próprio sujeito, o seu interior: “Como seres humanos integrais, estamos perante a paisagem, natural ou artística, e o ato que para nós a suscita é,

³Tradução nossa dos trechos: “Igualmente el psicoanálisis nos enseña a no confundir la percepción efectuada por la conciencia con el proceso psíquico inconsciente, objeto de la misma”; e: “El objeto interior es menos incognoscible que el mundo exterior” (FREUD *apud* RICOEUR, p. 381).

de forma imediata, contemplativo e afetivo, que só na reflexão ulterior se cinde nestas particularidades” (SIMMEL, 2009, p. 17).

A reabilitação do estado afetivo perante a paisagem seria então a capacidade de nos reconhecermos não apenas como sujeitos ativos no processo de sua construção, mas também como objetos de outros sujeitos e, assim, partícipes de uma intersubjetividade, remetendo-nos a uma certa unidade. Unidade esta que, segundo Serrão (2013), poderia corrigir o que a mesma autora denuncia como “divórcio entre a paisagem e a cidade”, reverberando consequências na vida interpessoal dos indivíduos.

A reflexão acima pode servir como argumento a ser aprofundado, nos termos que se coloca, para problematizar o tema da paisagem no âmbito das políticas urbanas, a partir da consideração do estabelecimento de uma vinculação que por meio da mesma se pode processar entre sujeitos ou coletividades e o espaço da cidade.

Argumenta-se, a partir disso, que, se no processo de apreensão da paisagem há um olhar reflexivo sobre a constituição do eu e do outro, pode-se aproveitar da mesma estrutura especular possibilitada pelo espelho-paisagem para se refletir como (autorreflexão). Pode-se questionar em que medida estamos identificados com a imagem que se revela enquanto paisagem, uma vez que ela nos mostra efetivamente o que somos como indivíduos, como seres sociais imersos em coletividades. A paisagem não nos revela muito mais do nosso interior do que propriamente do que está somente lá fora? Não há uma vinculação entre *o fora* e *o dentro* que a paisagem nos faz lembrar?

Com o acima exposto, importa-nos explorar que, nesse processo de constituição da paisagem, o nosso corpo opera como instrumento de mediação entre um dentro e um fora, se assim se puder colocar, pelo menos inicialmente, na medida em que a natureza do corpo cinestésico, e nas condições dos processos psíquicos que por este se expressam, abre-se ao mundo exterior e ao mundo interior, ao mesmo tempo, como uma “janela”.

O corpo como janela

Iniciamos tentando esclarecer a concepção de corpo que aqui nos interessa, como instrumento

relacional, enquanto mecanismo de uma corporeidade, na relação que estabelece com a paisagem e a cidade, entendendo essa relação pela metáfora da “janela”. Não se trata do corpo apenas como entidade física, biológica, mas como entidade suprasensível.

O Corpo, na acepção de Merleau-Ponty, é o corpo “vidente-visível”, desfazendo a oposição entre sujeito e objeto, em que o mundo vivido é sempre o mundo percebido (MACHADO, 2011), explicável conforme Falabretti (2008, *apud* MACHADO, 2011, p. 52): “[...] é esse corpo fenomenal que possibilita a experiência imediata e integra num só campo o interior e o exterior, a alma e o corpo e também o eu, o outro e as coisas”.

A corporeidade, então, é entendida, na visão de Merleau-Ponty, como o corpo em inter-relação com o mundo, a partir da “experiência corpórea em existência” (MACHADO, 2011). Assim, podemos entender a maneira como o corpo funciona enquanto instrumento relacional com o mundo.

Mourão (2012) também nos aporta o sentido de corporeidade que aqui adotamos quando preconiza como sendo mais do que o corpo biológico, mas sobretudo o corpo atado ao psíquico, o *espaço primordial de relação e trocas com o mundo*, configurando uma relação dialética entre interior e exterior⁴.

Pelo exposto, a corporeidade, como capacidade de estabelecer uma relação com o outro, constitui-se também em potencialidade para o diálogo entre o *ser* e a cidade, uma vez que, segundo Leitão (2004, p. 22): “Entender o outro desse modo, ou seja, como algo necessariamente exterior e anterior ao sujeito, mas que não se limita ao semelhante, permite que se compreenda a cidade em sua expressão arquitetônica, como o Outro, como sendo, ela própria, objeto de identificação”.

Para pensar o papel, ou melhor, a importância do corpo para a percepção do mundo que nos rodeia, não haveria de soar com tamanho estranhamento a qualquer pessoa a quem pudéssemos perguntar: que sabor tem a pedra que conforma uma edificação? Que textura tem a luz que emana de uma manhã ensolarada? Que cheiro possui a sombra que nos recobre a face?

⁴O sentido de corporeidade adotado pelo autor tem suas bases a partir dos estudos em Sigmund Freud, Anzieu, Joyce McDougall e Donald Winnicott.

Esse estranhamento, por sua vez, pode ser compreendido como “[...] consequência da negligência com o corpo e os sentidos e um desequilíbrio de nosso sistema sensorial” (PALLASMAA, 2011, p. 17). Desequilíbrio este que pode ser assim problematizado: “A hegemonia gradualmente obtida pelos olhos parece ter paralelo com o desenvolvimento da consciência do ego e o paulatino afastamento do indivíduo do mundo; a visão nos separa do mundo, enquanto os outros sentidos nos unem a ele” (PALLASMAA, 2011, p. 24).

É notório que a primazia do olho, na sociedade ocidental pelo menos, nos acomete e nos domina de tal forma que, não raras vezes, ouvimos de alguém a frase: “Sem óculos eu não escuto direito”. Embora seja uma assertiva que contém a mesma função lógica das questões acima expostas, esta última, entretanto, nos parece mais familiar do que as anteriores, pois nossa experiência logo nos faz intuir sobre o que se está falando e o que se quer dizer. Se por um lado a expressão dá a ideia de que o sentido da audição é dependente do da visão, por outro nos remete ao fato de que há uma integração entre os órgãos dos sentidos, o que tornaria todas as questões e assertivas acima válidas e plausíveis.

Trazendo agora nossa reflexão para ser processada pela metáfora da *janela* como um elemento que serve como mediação, que se interpõe entre um nós e um outrem, entre o aqui e o acolá, entre o dentro e fora, ilustramos a fecunda percepção de Cauquelin:

Janelas. Como evitar ver nelas a metáfora do olho? Ela produz suas próprias submetáforas: tela do véu, ponto cego, estriamentos do bater de pálpebras, humores do coro, esta lágrima, este sorriso, as nuvens dos pensamentos da tarde ou da manhã, e também a alma, cuja janela é o olho, que governa a visão (CAUQUELIN, 2007, p. 137-138).

Por essa perspectiva, a janela representa não somente o enquadramento geométrico e a demarcação, pelo seu umbral, de um dentro e de um fora, mas possibilita a interação entre os mundos interior e exterior, guiada a partir de uma prévia intencionalidade, a qual não dominamos, porque, de acordo com a consideração de Paul Ricoeur, a respeito da tese de Merleau Ponty em sua obra *Fenomenologia*

da percepção, “[...] a intencionalidade não surge apenas na consciência, mas também no corpo, que vale como modelo ôntico para qualquer inconsciente imaginável” (RICOEUR, 1965/1990, p. 333, *apud* RAFAELLI, 2006, p. 6).

Assim, podemos também entender que o corpo não é apenas uma entidade física nem se constitui como moldura, mas é dotado de uma memória e configurado pelos sonhos e, segundo Pallasmaa (2011), compreende uma reflexividade na medida em que *nosso corpo é tanto objeto entre outros quanto um objeto que os vê e toca*, considerando, inclusive, que há uma “[...] relação osmótica entre a individualidade e o mundo — elas se interpenetram e se definem — e enfatiza a simultaneidade e interação dos sentidos” (PALLASMAA, 2011, p. 20).

Acreditamos, então, que é a partir dessa *janela* que o indivíduo, em sua corporeidade, compreende o outro, se vê como o outro, e pode desejar o outro. E, quando esse (grande) Outro se constitui na cidade, o sentido de imprescindibilidade o toma por inteiro, impregnando o seu *ser* de uma falta *crônica*, como tentaremos explorar a seguir.

A cidade como desejo

Partimos para refletir sobre a cidade sob a ótica do desejo pela perspectiva psicanalítica, como uma falta crônica, inatingível, insolúvel. Falta de algo que o eu não possui e que o faz lançar-se numa busca incessante e infundável.

Sobre essa discussão corrobora-se com a tese de que “[...] a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva e, como tal, é parte importante na constituição da subjetividade” (LEITÃO, 2011, p. 464). Talvez isso se revele pelo fato de que a cidade aparece hoje, para nós, como algo que está lá, mas ao mesmo tempo nos falta, porque os nossos desejos, incessantemente frustrados, denunciam a ausência do sentido primeiro da arquitetura — a de promover o acolhimento —, provocando, assim, em nós, a ideia de desamparo.

O desejo se apresenta, pela psicanálise freudiana, não como necessidade, mas substancialmente como falta, porque nunca se satisfaz. Ele é produto do inconsciente e, assim, não se revela previamente à consciência do sujeito⁵.

⁵ Hegel, segundo Japiassu e Marcondes (2001), expõe o entendimento de “desejo” nessa mesma direção, afirmando que “[...] a verdadeira finalidade do desejo não é o objeto sensível, mas a unidade da subjetividade consigo mesma, unidade procurada através do reconhecimento de um outro desejo”.

Tal problemática se apresenta, na nossa relação com a cidade, de forma paradoxal: ao mesmo tempo que na cidade a quantidade de apelos visuais explode à nossa frente, torna-se difícil enxergar nela os gestos que lhe conferem a dimensão de lugar social e político, como um lugar da morada humana, do acolhimento. Na verdade, dificulta-se mesmo que se estabeleça uma relação afetiva do sujeito com a cidade.

Essa invisibilidade, na verdade, não parece estar na impossibilidade de atuação do órgão da visão, mas na incapacidade de efetivamente conseguirmos estabelecer uma relação entre tantas coisas dispersas, dificultando ou até mesmo inviabilizando constituir uma imagem que faça sentido, como condição para o afeto, para deixar-se afetar pela cidade, para desejá-la como parte indissociável do Eu.

Correlacionando novamente o sentido de desejo com a discussão presente, intuímos que esse sentimento se manifesta na nossa relação com a cidade porque, como nos aponta Pallasmaa (2011, p. 60), ela se apresenta como *um espaço vivenciado*, e não um mero espaço físico. É nele onde exercemos nossos sentidos, onde praticamos nossa cidadania. Assim, não é apenas um espaço de objetivações, mas também, e principalmente, de subjetivações.

Pallasmaa (2011) nos fala ainda, de forma esclarecedora, sobre o papel que a cidade desperta no inconsciente, no que tange à reflexão sobre a dimensão da subjetividade, que está além de sua materialidade, porque a imagem mental que dela se pode criar está relacionada a uma experiência inconsciente de fundo.

Nessa mesma direção, Rossi (1998) já nos apontava em sua Teoria dos Fatos Urbanos para a necessidade de compreender o espaço da cidade como algo que transcende a sua configuração física, os seus materiais, a sua forma, criticando a visão redutora da cidade concebida por Camilo Sitte, quando imaginada somente enquanto episódio artístico. Rossi nos indica a existência de uma dimensão imaterial, de uma alma subjacente ao construído, e que constitui a cidade — “a coisa humana por excelência”, como escreve Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* — na perspectiva de “[...] tentarmos compreender a cidade como uma grande representação da condição humana” (ROSSI, 1998, p. 23).

Para a compreensão dessa perspectiva de aproximação entre sujeito e objeto (cidade), entre as dimensões objetivas e subjetivas do espaço, há uma assertiva de Pallasmaa (2011) que pode ser esclarecedora, na medida em que afirma que as cidades nos permitem *reconhecer e nos lembrar quem somos*. E, nessa perspectiva, aposta-se na capacidade da arquitetura como arte capaz de nos reconciliar com o mundo por meio dos sentidos.

Portanto, se compreendermos o indivíduo como um *ser* eminentemente social, o espaço onde o mesmo habita, a cidade — enquanto produto de sua construção objetiva e subjetiva —, manifesta um “desejar” intermitente, porque se configura como uma *falta* insubstituível, revelando-se muito mais do que uma imagem refletida como mimese, mas como *espelho* daquilo que está oculto e como *janela* do que está velado em seu interior, expressando assim uma condição essencialmente humana de se relacionar e estar no mundo e de transformá-lo constantemente.

Dessa forma, a cidade como o Outro, desejada como uma falta crônica, assim só se concretiza a partir de uma relação de corporeidade dos sujeitos com o espaço urbano, em que fica patente uma dependência nossa de sua existência material e imaterial, suscitada pela constatação de que a paisagem que a partir da cidade se apreende revela não só uma exterioridade alheia à nossa constituição como *ser*, mas substancialmente reflete os recônditos do nosso interior, ou seja, o que somos.

Considerações finais

Acreditamos, após essa breve exploração sobre a relação paisagem-corpo-cidade, que essa investigação indiscutivelmente não esgota uma miríade de abordagens possíveis sobre a questão. Preocupou-nos substancialmente refletir a partir da noção de inconsciente, pela teoria psicanalítica freudiana, como um filtro de leitura para o debate, mediado pela ideia de corporeidade, uma vez que pressupomos o corpo como elemento interlocutor entre a paisagem e a cidade.

As metáforas do espelho, da janela e do desejo, aqui utilizadas e apresentadas a partir da psicanálise e da abordagem fenomenológica, se revelaram filtros eficientes que nos aproximam da dimensão subjetiva

que estrutura e até mesmo funda a cidade e define uma paisagem, estabelecendo a partir disso uma autorreferência do sujeito em seu espaço de vida, de existência. Nesse processo, o corpo não aparece como recurso meramente cinestésico, mas como janela de conexão com um mundo interior que nos habita e que conhecemos muito pouco ou quase não conhecemos, o inconsciente.

Os nossos desejos, porque expressos inconscientemente, não são imediatamente palpáveis, mas aparecem em concretude quando nos damos conta de sentimentos como o de “falta”, muitas vezes inexplicavelmente presentes na nossa relação com os outros sujeitos e com o Outro-cidade, numa constante dialética entre as partes.

O espelho, mais que reflexo planejado na nossa visualidade, reproduz muitas vezes um Ser que habita em nós, mas que se oculta da visão. Então, nesse sentido, ver não é olhar, é sentir. E, assim, devemos considerar que o produzir espaços, construir a cidade como habitáculo da humanidade, pressupõe muito mais do que a sua redutibilidade formal enquanto materialidade objetiva, implica na capacidade de compreender como se agencia a subjetividade do indivíduo, como este apreende e se relaciona com o “outro” e o mundo ao seu redor.

Então, pensar a paisagem nos induz a acreditar na necessidade de considerar, na produção da cidade, a emergência de uma integralidade entre consciente e inconsciente, como componentes de um todo indivisível, de um Ser que se vê espelhado no outro, chegando mesmo a confundir-se com esse, que lança seu olhar a partir do corpo em sua integralidade, como uma janela para o mundo exterior, e que não desiste de desejar o Outro-cidade, como parte irredutível de sua própria condição de estar no mundo.

Referências bibliográficas

- BERQUE, Agustín. *Paisagem Marca, Paisagem Matriz*. Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris. In CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: 1998, p.84-91.
- BRAUER, Jussara Falek. *O Outro em Lacan: consequências clínicas*. Psicologia USP, São Paulo, 5(1/2), p. 309-

333, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/34504/37242>>. Acesso em: 20.07. 2015.

CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

JAPIASSU, Hilton, MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf. Acesso em: 05.09.2014.

LEITÃO, Lúcia. A Cidade de Simmel, a Cidade dos Homens. *Cadernos Metrópole*, v.13, n. 26. São Paulo: 2011, p. 461-471. Disponível em: http://www.cadernos-metropole.net/download/cm_artigos/cm26_221.pdf. Acesso em: 06.08.2014.

_____. Espelho, Espelho Meu. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.11, n.12. Belo Horizonte: 2004, p. 13-32. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagetdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20050422101359.pdf. Acesso em: 06.08.2014.

MACHADO, Bernadete Franco Grilo. Corporeidade e Existência em Merleau-Ponty. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, v.2. Curitiba: 2011, p. 47-58. Disponível em: http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art03_NEPIM_Vol02_CorporeidadeExistencia.pdf. Acesso em: 05.09.2014.

MOURÃO, Maira Mamude Godoi. *Da Possibilidade do Habitar: o corpo como morada. Corporeidade e formas subjetivas contemporâneas*. [Dissertação]. Universidade de São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072012-093856/pt-br.php>. Acesso em: 05.09.2014.

NASIO, J. D. *Meu corpo e suas Imagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PALLASMAA, Juhani. *Os Olhos da Pele. A arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

QUINET, Antonio. *Os outros em Lacan*. São Paulo: Zahar, 2012.

RICOEUR, Paúl. *Freud: una interpretación de la cultura*. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores de Colombia, 1990.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da Paisagem. Estudos*. Lisboa: Universitas Oliponensis. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

SIMMEL, Georg. *A filosofia da Paisagem*. Convilhã: Lu-sofia, 2009.